

**12/02/2008****SEGUNDA TURMA****AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 618.770-9 RIO GRANDE DO SUL**


**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
AGRAVANTE(S) : THEREZINHA FARIAS SOUZA E OUTRO(A/S)  
ADVOGADO(A/S) : RANIERI LIMA RESENDE E OUTRO(A/S)  
AGRAVADO(A/S) : UNIÃO  
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**EMENTA:** Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Por possuírem a mesma natureza, não há diferenciação entre precatório e Requisição de Pequeno Valor - RPV, quanto à incidência de juros de mora. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

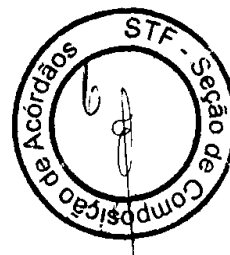
**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental.

Brasília, 12 de fevereiro de 2008.



**MINISTRO GILMAR MENDES**  
**PRESIDENTE E RELATOR (RISTF, art. 37, II)**



12/02/2008

SEGUNDA TURMA

**AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 618.770-9 RIO GRANDE DO SUL**

**RELATOR** : **MIN. GILMAR MENDES**  
AGRAVANTE(S) : THEREZINHA FARIAS SOUZA E OUTRO(A/S)  
ADVOGADO(A/S) : RANIERI LIMA RESENDE E OUTRO(A/S)  
AGRAVADO(A/S) : UNIÃO  
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**R E L A T Ó R I O****O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** (Relator):

Ao apreciar este recurso proferi a seguinte decisão:

**"DECISÃO:** Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou processamento a recurso extraordinário fundado no art. 102, III, 'a', da Constituição Federal, em face de acórdão o qual entendeu não serem cabíveis juros de mora no pagamento de Requisição de Pequeno valor - RPV, quando realizado dentro do prazo legal.

Alega-se violação ao artigo 100, § 4º, da Carta Magna.

O Subprocurador-Geral da República, Drº Wagner Gonçalves, em parecer de fls. 162-165, opinou pelo não provimento do agravo por entender que 'não há qualquer diferenciação ontológica entre pagamento de precatório e pagamento por requisição de pequeno valor - RPV. Este é espécie, do qual aquele é gênero. Na verdade, qualquer precatório é uma requisição. (fl. 165)'

No julgamento do RE 298.616, DJ 03.10.03, o Plenário desta Corte ratificou o entendimento firmado pela Primeira Turma quando da apreciação do RE 305.186, DJ 18.10.02, Rel. Ilmar Galvão, no sentido de que "não são devidos juros moratórios no período compreendido entre a data de expedição e a data do efetivo pagamento de precatório judicial, no prazo constitucionalmente estabelecido, à vista da não-

caracterização, na espécie, de inadimplemento por parte do Poder Público”.

No caso dos autos, como bem anotou o representante do Ministério Público, não há diferenciação entre a natureza do Precatório e a natureza da Requisição de Pequeno Valor - RPV. Por essa razão, no que concerne à incidência de juros de mora, é possível aplicar à RPV o mesmo entendimento adotado para o Precatório. Desse entendimento não divergiu o acórdão recorrido.

Assim, nego seguimento ao agravo (art. 557, caput, do CPC)”

No agravo regimental, sustenta-se:

“A questão posta em debate cinge-se à possibilidade de pagamento de juros moratórios decorrentes da tramitação de requisição de pequeno valor - RPV e não precatório. Assim, o caso dos autos refere-se ao pagamento de crédito por intermédio de regime que não foi abrangido pelo regramento contido no §4º do artigo 100, da CF/88, conforme expressamente demonstrado nas razões do apelo extraordinário.

[...]

Ao tratar, portanto, do regime de precatório, a Constituição não pretendeu abarcar a requisição de pequeno valor, como entendeu o v. decisum agravado. Por se tratar de norma evidentemente restritiva, na medida em que impõe regras à percepção de créditos em face da Fazenda Pública, sua interpretação há que se curvar, necessariamente, à literalidade de seu texto, sob pena de restringir indevidamente outros direitos que não os expressamente constantes na norma.”

Nas contra-razões ao agravo regimental, alega-se:

“Assim, o Ministro relator não conferiu interpretação extensiva ao art. 100, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal, segundo alegam os agravantes - pois, consoante afirmado na decisão agravada, não há diferença ontológica entre o precatório judicial e a requisição de pequeno valor -, mas tão-somente aplicou as normas constitucionais supracitadas à RPV,

instituto em todo semelhante ao precatório judicial, uma vez que este é gênero do qual aquela é espécie.

Dessa forma, são incabíveis os juros de mora entre a expedição do requisitório e a data do efetivo pagamento, considerando que não ocorreu qualquer inadimplência do Poder Público."

É o relatório.



**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - (Relator):**

Os agravantes não conseguiram demonstrar o desacerto da decisão agravada.

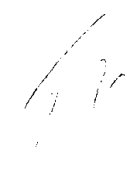
Esta Corte, no jultamento do RE 298.616, Pleno, Rel. Gilmar Mendes, DJ 3.10.2003, fixou o seguinte entendimento:

**"EMENTA:** Recurso Extraordinário. 2. Precatórios. Juros de mora. 3. Art. 100, § 1º, da Constituição Federal. Redação anterior à Emenda 30, de 2000. 4. Inclusão no orçamento das entidades de direito público. Apresentação até 1º de julho, data em que terão seus valores atualizados. 5. Prazo constitucional de pagamento até o final do exercício seguinte. 5. Descaracterização da mora, quando não há atraso na satisfação dos débitos. 5. Recurso extraordinário provido."

Na decisão monocrática entendeu-se que o supracitado precedente se aplica nos casos de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

Conforme sustentei na decisão agravada, efetivamente, em face de possuírem a mesma natureza, não há como afastar, no caso de RPV, o entendimento firmado pelo Pleno des Corte em relação ao precatório.

Assim, nego provimento ao agravo regimental.



*Supremo Tribunal Federal***SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 618.770-9**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

AGTE.(S): THEREZINHA FARIAS SOUZA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): RANIERI LIMA RESENDE E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Negado provimento ao agravo regimental. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 12.02.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Cezar Peluso e Eros Grau. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador